

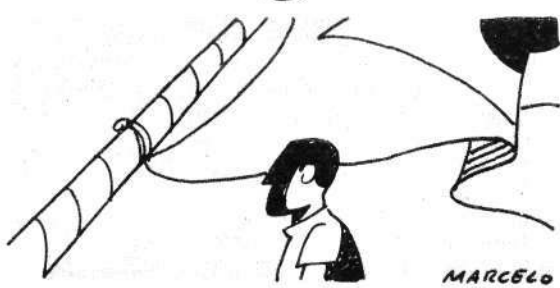
Todas as garantias ao cidadão. Por unanimidade

BRASÍLIA — A concessão de anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que foram punidos por motivos políticos, entre setembro de 1961 e fevereiro de 1987, e a caracterização da tortura como crime de lesa-humanidade, inafiançável, inatenuável e imprescritível, são pontos praticamente definidos na Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e deverão ser aprovados porque, até o momento, não foram contestados por ninguém.

Os termos da anistia estão claros no parecer do Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ): deverá garantir a civis e militares a reintegração ao serviço ativo, recebimento dos vencimentos atrasados, com seus valores corrigidos a contar da data da punição e, ainda, promoções a cargos a que pudessem vir a ter direito os que foram punidos caso estivessem em atividade. O tempo de afastamento deverá ser computado para todos os efeitos legais.

É claro que não temos restrições à anistia e somos contra a tortura — disse o Deputado "conservador" João de Deus Antunes (PDT-RS), delegado de Polícia e pastor evangélico.

Outros temas polêmicos até agora



TEMAS POLÊMICOS

- Voto destituente e candidaturas avulsas
- Consideração de crime para o aborto provocado
- Comportamento e/ou discriminação sexual

não contestados com a veemência que se esperava, na mesma Subcomissão, referem-se à criação do Tribunal de Garantias Constitucionais, à gratuidade do registro civil e aos direitos de iniciativa popular, mediante proposta de 15 mil eleitores, e de emenda à Constituição, através de 30 mil eleitores.

Será difícil aprovar, no entanto, a instituição do voto destituente, a candidatura avulsa e a imprescritibilidade dos crimes eleitorais e por abu-

so do poder econômico, corrupção e fraude no exercício do mandato. O voto destituente, previsto nas legislações francesa e norte-americana, confere ao eleitorado o direito de revogar o mandato de detentor de cargo eletivo, por perda de confiança.

Parlamentares "conservadores" e de "direita" como o Senador João Menezes (PFL-PA) e os Deputados João Resek (PMDB-SP), João de Deus Antunes (PDT-RS) e Paulo Almada (PMDB-MG) foram os mais atuantes na Subcomissão dos Direitos Políticos contra os temas e o princípio da perspectiva popular.

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, a referência ao aborto, incluída inesperadamente no anteprojeto do Deputado Darcy Pozza (PDS-RS), tem sido alvo de maiores debates. Houve divisão. Pozza, inicialmente, não pensava em inserir qualquer referência ao assunto, mas foi levado a isso graças aos debates. E a redação ficou assim: "Será punido como crime o aborto diretamente provocado".

Os termos são exagerados, pois a prática do aborto é punida em quaisquer circunstâncias — ponderou o Deputado José Fernandes (PDT-AM), lembrando que na própria legislação atual é admitida a prática do aborto em determinadas circunstâncias. É provável que o projeto final exclua o item sob a justificativa de que a matéria não é constitucional.

Também causou alarido a inclusão

da expressão "orientação sexual", no artigo que confere igualdade perante a lei e pune como crime inafiançável qualquer tipo de discriminação. Na Subcomissão, dominada pelos "conservadores", o termo é considerado "excessivamente avançado" e deverá ser substituído por "comportamento", sem nenhuma alusão a "sexo". A pena de morte foi condenada, por unanimidade, dentro da Subcomissão. De acordo com o projeto de Darcy Pozza, não haverá pena de morte — a não ser em caso de guerra — nem de banimento ou confisco. Quanto à prisão perpétua, só é admitida nos crimes de estupro ou seqüestro seguido de morte.

A Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais foi uma das mais tranquilas da Constituinte nesta fase inicial. Merece destaque o capítulo referente às atribuições do Congresso Nacional que passa, por exemplo, a ter a prerrogativa de resolver, de forma definitiva, sobre os contratos de captação de recursos financeiros no mercado internacional, celebrados pelos órgãos da administração direta e indireta federal, estadual ou municipal.

O Senado Federal, pelo anteprojeto, tem reduzido seu privilégio de deliberação sobre um grande número de matérias que, atualmente, são de sua exclusiva competência. A Câmara passa a ter também competência em questões como a aprovação de embaixadores.

Organização Eleitoral agita quase todas as subcomissões

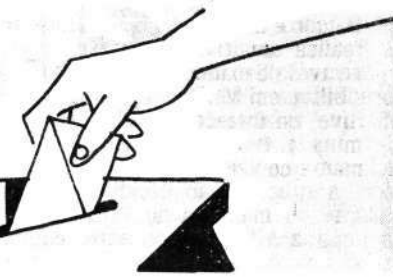
BRASÍLIA — As atribuições das Forças Armadas, a convocação de um plebiscito a que seria submetida a nova Constituição e a possibilidade de realização de eleições em 88, encerrando para quatro anos o mandato do Presidente José Sarney, são alguns dos temas que prometem ultrapassar as fronteiras das decisões da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, e seguir gerando polêmica.

A Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, por exemplo, já deu mostra da falta de consenso: mais de 100 emendas foram apresentadas ao anteprojeto elaborado pelo Relator, Deputado Francisco Rossi (PTB-SP), deixando claro que não há entendimento sobre temas como obrigatoriedade do voto e voto distrital.

Nesta Subcomissão foram postos em discussão até mesmo assuntos resolvidos pelo Congresso Nacional pouco antes da instalação da Constituinte. O Deputado Arnaldo Martins (PMDB-RO), por exemplo, reagiu, através de emenda, ao voto dos analfabetos. Estes devem ter direito apenas a eleger vereadores e prefeitos, pois conhecem os candidatos pessoalmente e as campanhas "abordam assuntos que podem ser alcançados por todos".

Defensor da livre formação de partidos, o Relator Francisco Rossi admite a criação de siglas regionais, mas sugere que somente os partidos que contarem com um mínimo de meio por cento do eleitorado — cerca de 300 mil votos — possam lançar candidato à Presidência.

Na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e sua Segurança, o debate foi centrado, principalmente, na composição do Conselho de Segurança Nacional. Parlamentares conservadores, como o Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), empenham-se em manter na nova Constituição



TEMAS POLÊMICOS

- Eleições no próximo ano
- Mandato do Presidente
- Papel institucional das Forças Armadas
- Obrigatoriedade do voto distrital
- Estado de sítio

as atuais atribuições das Forças Armadas, bem como os Ministérios militares são contra um Ministério da Defesa. Já o Senador Jamil Haddad (PSB-RJ) quer que todos os brasileiros engajados nas Forças Armadas prestem juramento à Constituição e aos poderes constitucionais.

A esquerda procura tornar menores as possibilidades de intervenção militar sobre os poderes: o Deputado José Genóino (PT-SP) defende que o estado de sítio somente possa ser decretado em caso de guerra, enquanto Roberto Freire (PE), Fernando Santana (BA) e Augusto Carvalho (DF), todos do PCB, propõem que seja decretado pelo Conselho de Ministros e que o Congresso Nacional dê sua opinião em 48 horas.

A influência das forças políticas sobre as Forças Armadas também é procurada pelo Deputado Francisco Pinto. Ele sugere que as promoções dos oficiais gerais das três Forças sejam feitas pelo Presidente, após elaboração de lista tripartite a ser submetida ao Congresso Nacional.

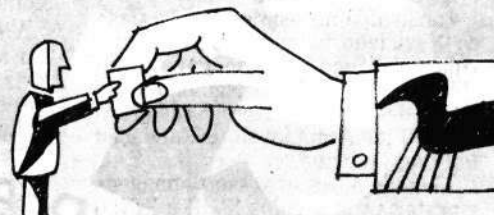
Afinal, um consenso: controlar o Banco Central

BRASÍLIA — A estatização do sistema financeiro é uma proposta polêmica que deverá ser levada por setores da Constituinte até o Plenário, embora pareça ter poucas chances de aprovação. Fiscalização do Sistema pelo Congresso, modificações no Banco Central e na autorização para abertura de instituições de crédito, bem como mecanismos de contenção dos juros, são medidas inovadoras com maiores possibilidades. As propostas mais discutidas, envolvendo vários setores, são as seguintes:

Estatização: quem defende, argumenta que o sistema financeiro tem que ser orientado para o desenvolvimento nacional, e não para priorizar o lucro; adversários da tese acham que a experiência não deu certo em Portugal e França.

Cartas-patente: o fim do sistema traria a democratização do setor financeiro, e a livre concorrência entre as instituições baixaria as taxas de juros, e permitiria a formação de bancos regionais, para melhor atendimento aos usuários.

Taxas de juros: há proposta proibindo, pelo texto constitucional, cobrança de juros reais em mais de 12



TEMAS POLÊMICOS

- Estatização do sistema financeiro
- Fixação do teto de 12% ao ano para taxas de juros
- Proibir bancos estrangeiros de atuarem comercialmente

por cento ao ano. Contra, há a afirmação de que este tipo de mercado não é regulável por Lei, e sua adoção desmoralizaria a nova Constituição.

Bancos estrangeiros: os "nacionalistas" querem proibir que funcionem no País como bancos comerciais.

Distribuição dos recursos: há proposta de que seja feita de forma inversamente proporcional à renda

per capita de cada região, e também sua população. O resultado será aumentar a alocação de recursos das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, com ligeira diminuição para o Sudeste. Como as bancadas favorecidas têm maioria na Constituinte, é possível a aprovação.

Independência do Banco Central: tirar o BC da dependência do Governo Federal, obrigando-o a solicitar permissão do Congresso para emissão de moeda e títulos, seria uma forma de conseguir o controle do Legislativo sobre a execução do Orçamento. As suplementações orçamentárias, dentro deste mecanismo, não poderiam mais ser solicitadas ao Congresso depois do dinheiro já ter sido gasto, mas sempre antes.

O anteprojeto do relator Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) recebeu dois valiosos avisos: o do Presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Francisco Dornelles (PFL-RJ) e o do relator, José Serra (PMDB-SP). A principal característica da proposta é justamente a origem das divergências na subcomissão: o relatório promove uma distribuição mais equânime da renda entre os Estados do Nordeste, o que vem desagradando muito os constituintes dos Estados do Sul, que não estão lá muito convencidos da contrapartida que Fernando Bezerra afirma ter garantido para as unidades mais ricas da Federação.

Um outro ponto polêmico é a cobrança do Imposto Predial Territo-

rial Urbano, que passaria a ser cobrado no Município. Os que contestam esta modificação alegam que os municípios têm uma máquina administrativa insuficiente e por isso mesmo ineficiente para arcar com esse imposto.

Mas não só de polêmicas vive a subcomissão de tributos. Existem pelo menos dois pontos de consenso e que deverão se sustentar até a fase final da Constituinte, transformando-se em norma constitucional: o fim da isenção da cobrança de imposto de Renda para parlamentares, magistrados e militares e o fim do empréstimo compulsório que só poderá vir a ser cobrado mediante Lei especial e apenas em casos de calamidade pública.

O municipalista Irajá Rodrigues, que foi preterido pelos constituintes para o cargo de relator da subcomissão, é o mais ardoroso crítico do anteprojeto de Fernando Bezerra Coelho. Segundo Irajá, o projeto pode agravar a regressividade pela carga de impostos indiretos que cria; e acha ainda que não avança na questão da maior autonomia para os municípios.

O projeto foge aos compromissos do PMDB, afirma Irajá Rodrigues.

Ele foi nomeado na semana passada pelo Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, como Vice-Líder da bancada, com a incumbência específica de reverter esta tendência na subcomissão e, posteriormente, na comissão.

Professores com direito a greve e aposentadoria cedo

BRASÍLIA — A Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes aprovou ontem dispositivo constitucional garantindo aos professores o direito de greve, sindicalização e aposentadoria aos 25 anos. A proposta de autoria do Deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) teve 15 votos favoráveis, contra dois. Para votar apenas os dois primeiros artigos do anteprojeto do relator da subcomissão, Senador João Calmon (PMDB-ES), foram necessárias duas horas de reunião. A principal polêmica é a possibilidade das verbas públicas destinadas à educação também beneficiarem as universidades privadas.

Os parlamentares "progressistas", que pretendiam rejeitar o dispositivo constitucional, apresentado por Calmon nesse sentido, tinham por principal dificuldade o "quorum". Por isso mesmo, a partir de uma convocação do Deputado Octávio Eliseo (PMDB-MG) pediu aos suplentes de seu partido que estivessem presentes. Atendendo ao chamado lá estavam os Deputados José Carlos Sabóia (PMDB-MA) e Jorge Hage (PMDB-BA). Até mesmo o PT não se desviou e deixou de prontidão o Deputado Gumerindo Milhomem (PT-SP) para a eventualidade do Deputado Florestan Fernandes (PT-SP) ter que deixar a subcomissão. Os Deputados Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ) e Agripino Lima (PFL-SP) pediram para participar da votação na subcomissão, por terem sido indicados pelo Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e pelos Vice-Líderes de ambos os partidos aos quais pertencem. Isso porque Ulysses considerou haver a necessidade de indicar mais quatro membros para a subcomissão com o objetivo de corrigir um "erro da representação proporcional".

No entanto, os membros da subcomissão, por não terem recebido nenhum comunicado oficial do Presidente da Assembleia, apesar do próprio relator, Senador João Cal-



TEMAS POLÊMICOS

- Verbas públicas podem beneficiar escolas particulares
- Dificuldades financeiras nas Faculdades da Igreja
- Condições do Estado para administrar ensino privado

mon, lhe ter questionado por três vezes sobre o assunto, resolveram negar a possibilidade de participação desses constituintes. O Deputado Aécio de Borja (PDS-CE), ao se manifestar contra a inclusão dos dois parlamentares disse que assim procedia em protesto "pela forma esdrúxula, autoritária com que o Presidente da Constituinte insiste em ferir o nosso Regimento Interno".

A maior polêmica na subcomissão é a possibilidade das verbas públicas destinadas à educação também beneficiarem as universidades privadas. Esse dispositivo constitucional é do interesse, principalmente, das instituições universitárias ligadas à Igreja que, segundo o relator, encontram-se em dificuldades de subsistência e necessitam do auxílio do Governo. Calmon justifica a sua proposta de favorecê-las afirmando que os recursos, repassados para estas instituições, não passam de 0,58% do total orçamentário.

Além disso, ele afirma que o Estado não teria condições de passar a ser responsável pela administração das universidades privadas, que atualmente contam com cerca de 250 mil alunos.

Distrito Federal concentra propostas polêmicas

BRASÍLIA — Diversas medidas para dar ao Distrito Federal vantagens e prerrogativas de Estado, maior autonomia dos municípios e os novos critérios para a criação de Estados, além de mudanças na legislação sobre a competência da União, são os pontos mais polêmicos com que o Senador José Richa, Relator da Comissão de Organização do Estado, terá que enfrentar a partir deste fim de semana, quando receberá os relatórios finais das subcomissões.

Na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, cujo Relator é o Deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), concentram-se as questões mais incômodas para o Governo. É que, nesta subcomissão, a grande maioria das propostas altera dispositivos constitucionais que até aqui mantêm o Distrito Federal como um núcleo do Governo federal, sem qualquer autonomia política e muito menos financeira.

Uma das propostas acatadas por Sigmaringa Seixas, de autoria do Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), acabou também na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, e determina que, da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, percebidos no



TEMAS POLÊMICOS

- Autonomia dos territórios
- Assembleia Legislativa do Distrito Federal
- Recursos de Estados e municípios para o DF
- Metade do imposto que o DF arrecadar fica no DF

Distrito Federal, 50 por cento serão canalizados para um fundo contábil, destinado a financiar as funções nacionais de Brasília como sede do Poder Central, "síntese da identidade nacional e epicentro da região geoeconômica do Planalto Central". Isto significa que o Distrito Federal, terceiro maior arrecadador do Imposto de Renda, teria metade desta arrecadação revertida para seus cofres.

Essa proposta criou enorme polêmica, foi acatada por Sigmaringa, mas não foi suficiente para aprovar outra, que a complementava, da Deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), que cria a Região Integrada do Planalto Central.

Outra proposta, também de Jutahy Magalhães, estabelece que 10 por cento do Fundo de Participação dos Estados e um por cento do Fundo de Participação dos Municípios caberão ao Distrito Federal.

Por inspiração do Prefeito de Macapá, Raimundo Azevedo Costa (PMDB), Jutahy apresentou ainda proposta pela qual a União implementará programas de desenvolvimento dos territórios federais e os incluirá nos planos nacionais de desenvolvimento, planos plurianuais de investimentos e Orçamento Geral da União para cada ano, em montantes de aplicações nunca inferior, em cada território, ao valor das transferências vinculadas e demais vantagens a que teriam direito se considerados como Estados da Federação. Isto beneficiaria o Distrito Federal que tem tratamento, nesse contexto, paritário com os territórios. Propõe ainda que os produtos dos impostos de competência dos Estados, arrecadados pela União nos territórios federais, pertencem aos respectivos municípios e serão distribuídos segundo lei complementar.

O Relator Sigmaringa Seixas pretende ainda a criação da Assembleia Legislativa — o que encontra absolu-

to consenso na comissão — a partir de 1988, com número de vagas a ser determinado por lei complementar. Essa Assembleia indicaria três nomes, dentre os quais o Presidente da República escolheria um para Governador do DF. É a solução alternativa encontrada pelo Senador Alexandre Costa (PFL-MA) para atender à aspiração de Governador eleito e por um método que a comissão classifica de "parlamentarismo excêntrico". A Assembleia também aprovaria a Lei Orgânica do Distrito Federal.

O ingresso na discussão política tornou o Senador Maurício Corrêa, ex-Presidente da OAB do DF, alvo das críticas dos membros da comissão. Legislando em causa própria, ele aproveitou tema da eleição do Governador do DF, segundo parlamentares da subcomissão, para propor eleições no próximo ano, para um mandato de seis anos, destinado a estabelecer a coincidência com as eleições gerais de 1994. Maurício é candidato declarado ao Governo do Distrito Federal e seus colegas lembram que ele defende quatro anos para Sarney e seis para o sucessor de José Aparecido. Nesse ponto, o Sigmaringa acatou a eleição de Governador, mas alterou os planos de Maurício: marcou o pleito para 15 de novembro de 1988, mas é um mandato-tampão de dois anos.

O Senador José Richa deverá acatar a elevação de Roraima e Amapá a Estados e a criação do Estado de Tocantins.

POUSADA DO RIOQUENTE

o maior manancial de águas quentes do mundo, piscinas naturais com temperatura média de 38°C.

PROGRAMA RODOVIÁRIO 7 dias - saídas aos sábados Hotel Pousada ★★★★★ 4 noites na Pousada e 1 em São José dos Campos pensão completa por pessoa a partir de 11.200, em apto. triplo luxo 40% entrada + 4 pagtos. iguais à vista 20% de desconto	PROGRAMA AÉREO 8 dias - saídas aos sábados Hotel Turismo ★★★★★ 7 noites na Pousada com pensão completa por pessoa a partir de 18.400, em apto. triplo 40% entrada + 3 pagtos. iguais à vista 20% de desconto	Festas de Maio de 24 a 31 Israel na Pousada Festas de Junho de 11 a 15 Corpus Christi Festa Junina
--	--	--

RIO DE JANEIRO - RJ
 R. Visconde de Pirajá, 550
 sl. 401 - CEP 22.410
 Telex: (021) 35576
 Embratur: 00799-05-41-3 - ABAV-021

511-1592
511-1443

Anna Lucia e Adam

EM DISNEY EPCOT

Saídas: 06 DE JUNHO
10, 13, 20, 22, 23 JULHO

City-tour em Miami, Cabo Kennedy, 2 Disney, 2 Epcot, Lake Buena Vista, Medieval Times, Busch Gardens, Seaworld, Wet'n Wild, Boardwalk and Baseball, Rosie O'Grady's, Old Town Shopping, Costa da Florida.

Hotéis: Miami: Hyatt Regency
Orlando: Travel Lodge

Informações e folhetos: **CLUB**
Viagens e Turismo Ltda.
Rua de Assembléia, 10 Gr. 3508 - Tels.: (021) 224-7720 e 231-2125
Ou no seu Agente de Viagens

DISNEY & EPCOT

O MELHOR PROGRAMA, PELO MENOR PREÇO MESMO!
- consulte-nos e compare -

A VOLARE garante 15 dias maravilhosos, hotéis de 1*, todas as atrações e a melhor companhia aérea: VARIG. Por isso insistimos: pelo menor preço. SAÍDAS: 15 JULHO e 20 JULHO.

Solicite folhetos: Rua México, 11 Gr. 1602-A
240-5112 e 220-4775
Embratur 00889-00.420